

Adaptações Curriculares e Recursos Didáticos Acessíveis

Curricular Adaptations and Accessible Teaching Resources

Cássia Rozária da Silva Souza

<https://orcid.org/0000-0001-9790-3713>

Kesia Maria Costa

<https://orcid.org/0009-0001-6163-0116>

Cristiane Maria Paiva da Silva Lima

<https://orcid.org/0000-0002-4418-5217>

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil representa um compromisso ético, social e legal de garantir o direito de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, a participarem do processo de ensino-aprendizagem. Apesar dos avanços normativos, como a ratificação da Convenção da Guatemala e a consolidação de legislações nacionais, ainda existem desafios significativos relacionados à infraestrutura escolar, à formação docente e à disponibilização de recursos pedagógicos adaptados.

A promoção da inclusão demanda que a escola ultrapasse o cumprimento formal da lei, desenvolvendo currículos diferenciados, materiais adaptados e tecnologias assistivas que considerem a singularidade de cada aluno (Braga, 2024). Nesse contexto, o papel do professor torna-se central, exigindo capacitação contínua, planejamento pedagógico flexível e estratégias didáticas que favoreçam a participação plena de todos os estudantes.

Este capítulo aborda, portanto, os fundamentos teóricos da educação inclusiva no Brasil, destacando a importância de currículos personalizados, recursos adaptados e tecnologias assistivas como instrumentos essenciais para a construção de uma escola democrática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Inclusiva no Brasil

O Brasil, signatário da Convenção da Guatemala, assumiu o compromisso de garantir acesso à educação inclusiva, reforçando o direito das pessoas com deficiência ao ensino comum e de qualidade. Apesar do avanço na inserção desses estudantes nas escolas regulares, ainda existem desafios relacionados à infraestrutura física, à oferta de

materiais pedagógicos acessíveis e à formação docente para lidar com as necessidades específicas desses alunos.

A formação continuada do professor é apontada como um dos fatores mais críticos para a efetivação da inclusão. É necessário vivenciar práticas pedagógicas inclusivas que permitam compreender os desafios cotidianos e desenvolver estratégias para superá-los (Santos, 2024). Cursos de capacitação, trocas de experiências entre profissionais e reflexões constantes sobre a prática docente são ações fundamentais. Além disso, a participação da família, da comunidade e da equipe pedagógica fortalece o processo e contribui para melhores resultados (Costa, 2025).

No contexto inclusivo, o professor deve valorizar a diversidade como elemento central do ensino-aprendizagem, planejando estratégias que permitam a participação de todos, envolvendo a adaptação de conteúdos, atividades e recursos didáticos, para os alunos com deficiência, promovendo práticas pedagógicas universais que reduzam a segregação, a evasão e o fracasso escolar.

A inclusão requer transformações estruturais e pedagógicas integradas, garantindo recursos acessíveis e eliminando barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais (Oliveira, 2025). Os alunos com necessidades educacionais específicas devem frequentar a mesma escola e sala de aula que seus pares, reafirmando o direito ao ensino comum. No entanto, para que isso ocorra, são necessárias adaptações curriculares individualizadas e a disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis, garantindo participação plena.

Entre os principais obstáculos à inclusão de pessoas com deficiência estão as barreiras atitudinais, educacionais e comunicacionais. Segundo Martins (2007), é imprescindível identificar e reduzir tais barreiras, adotando medidas de apoio efetivas que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social. A Constituição Federal (1988), em seu artigo 208, assegura o atendimento educacional especializado, princípio reforçado por legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Contudo, a organização dos serviços educacionais no Brasil apresenta uma tendência à segregação, priorizando instituições especializadas em detrimento da integração nas escolas regulares. Essa realidade revela a urgência em adotar práticas

pedagógicas que promovam a inclusão dentro da sala de aula comum, garantindo currículos adaptados e metodologias diversificadas.

A inclusão de crianças com deficiência exige intervenções planejadas para o favorecimento de autonomia, a comunicação e a aprendizagem por meio de adaptações curriculares personalizadas, respeitando o ritmo e o estilo cognitivo da criança (Andrade, 2024).

As estratégias visuais e lúdicas são fundamentais, pois crianças com deficiência respondem melhor a recursos como pictogramas, ilustrações, cronogramas visuais e jogos pedagógicos. Brincadeiras estruturadas também desempenham papel essencial no desenvolvimento socioemocional, permitindo à criança simular situações da vida real e aprender a resolver conflitos (Duque et al., 2023).

A implementação de materiais adaptados é um requisito indispensável. Entre os recursos mais utilizados estão:

- Textos ampliados e com linguagem simples;
- Materiais táteis e recursos multisensoriais;
- Tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares educativos e pranchas de comunicação alternativa;
- Ambientes organizados e previsíveis, com sinalização visual para favorecer a autonomia.

Segundo Oliveira (2025) a personalização é indispensável: cada recurso deve considerar a singularidade do estudante, garantindo acesso, participação e aprendizagem significativa.

A efetivação da educação inclusiva no Brasil depende da formação docente contínua, da adoção de adaptações curriculares flexíveis e da disponibilização de recursos didáticos acessíveis, sempre com a colaboração da família e da equipe pedagógica. Quando essas práticas são implementadas, os alunos com deficiência são beneficiados, fortalecendo a perspectiva de uma educação democrática.

2.2 Currículos Diferenciados e Materiais Adaptados

A realidade social brasileira evidencia desigualdades: alunos oriundos de classes mais favorecidas, em geral, têm maior acesso a informações, cultura e oportunidades

educacionais desde cedo, o que contribui para a ampliação de seus direitos e perspectivas de futuro.

Em contrapartida, estudantes de classes menos favorecidas muitas vezes encontram barreiras de acesso à informação, à educação de qualidade e a bens culturais (Costa, 2025). Essas desigualdades se tornam ainda mais complexas quando associadas às necessidades educacionais de alunos com deficiência.

Nesse cenário, implementar currículos diferenciados e recursos pedagógicos adaptados torna-se essencial para garantir a equidade no processo de ensino e aprendizagem. O objetivo é criar oportunidades para que todos os estudantes possam se expressar, desenvolver sua sensibilidade e construir conhecimento a partir de suas experiências pessoais.

Para isso, o papel do educador vai além de aplicar conteúdos pré-estabelecidos. É preciso articular os saberes dos alunos com o patrimônio cultural, científico, artístico e tecnológico, proporcionando um desenvolvimento integral. Isso inclui planejar estratégias de ensino personalizadas que considerem as especificidades de cada estudante.

Entre as funções centrais da educação está a de promover a igualdade de oportunidades, garantindo acesso a bens culturais e a experiências de aprendizagem diversificadas. As escolas devem ser espaços inclusivos, que preparem os alunos para a vida adulta, permitindo vivências cognitivas, emocionais e sociais que favoreçam a autonomia e a participação cidadã (Duque et al., 2023).

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) reforça esse compromisso ao prever que, desde a Educação Infantil, crianças devem ter garantidos direitos como o de brincar de diversas formas, em diferentes espaços e com variados parceiros. Oliveira (2025), compreende que esse direito está relacionado ao desenvolvimento integral, ampliando a imaginação, a criatividade, as experiências sensoriais e cognitivas.

Para os alunos com deficiência, isso significa que as atividades pedagógicas e recreativas precisam ser adaptadas. Materiais táteis, tecnologias assistivas, recursos visuais, comunicação alternativa, jogos educativos acessíveis e metodologias diversificadas são exemplos de ferramentas que podem eliminar barreiras e permitir que todos participem das propostas pedagógicas. Além disso, é fundamental que o currículo

seja flexível e dinâmico, contemplando diferentes formas de aprender e respeitando o ritmo de cada estudante. Isso envolve:

- **Adaptação de objetivos e conteúdos**, garantindo que sejam significativos e acessíveis;
- **Variedade de estratégias didáticas**, incluindo atividades visuais, sinestésicas e lúdicas;
- **Ambientes organizados e inclusivos**, com sinalizações, mobiliário e recursos adequados;
- **Avaliações personalizadas**, tendo como foco o progresso do aluno (Andrade, 2024).

Vale lembrar que muitas crianças, já trazem consigo ricas experiências de vida: correr, pular, brincar, explorar, tocar e experimentar são atividades carregadas de significados (Santos, 2024). A escola não deve suprimir essas vivências, mas incorporá-las ao currículo, transformando-as em oportunidades de aprendizagem para todos (Costa, 2025).

Portanto, implementar currículos diferenciados e materiais adaptados não é um privilégio, mas um direito educacional e uma exigência ética. Ao criar ambientes de aprendizagem acessíveis e flexíveis, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e justa, onde cada aluno, com ou sem deficiência, possa desenvolver suas potencialidades.

2.3 Tecnologias Assistivas: Estratégias para uma Educação Inclusiva nas Escolas Públicas

As práticas pedagógicas inclusivas devem ter como prioridade a valorização do aluno e a promoção do seu desenvolvimento integral. Para que isso aconteça, é necessário criar experiências significativas e ambientes diversificados de aprendizagem, nos quais cada estudante, com ou sem deficiência, tenha condições reais de participar e progredir (Braga, 2024).

Nesse processo, o uso de materiais adaptados e tecnologias assistivas torna-se fundamental (Oliveira, 2025). Esses recursos permitem que alunos com diferentes tipos de deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, tenham acesso ao currículo escolar

de forma equitativa, potencializando a autonomia, a criatividade e a colaboração (Costa, 2025).

As tecnologias assistivas podem incluir desde recursos simples (como pranchas de comunicação alternativa, lupas, materiais em braille ou ampliados, jogos pedagógicos adaptados) até tecnologias digitais mais sofisticadas (como softwares de leitura de tela, teclados adaptados, aplicativos de comunicação aumentativa e dispositivos que permitem o acesso ao computador por meio de movimentos oculares ou comandos de voz).

O objetivo central desses recursos é remover barreiras de aprendizagem e oferecer aos alunos novas possibilidades de acesso ao conhecimento, por meio da pesquisa, da exploração e do questionamento.

Essa perspectiva não é recente: pedagogos como Ovídio Decroly (1871-1932) já defendiam uma escola centrada no aluno, que valorizasse os interesses individuais, a atenção às necessidades específicas e a adaptação dos objetivos educacionais às capacidades de cada estudante. Esse princípio se alinha à realidade das escolas públicas contemporâneas, que precisam planejar currículos flexíveis e estratégias acessíveis para atender a diversidade de seu público.

No contexto inclusivo, o jogo e o brincar continuam sendo instrumentos pedagógicos, quando aliados a materiais e tecnologias adaptadas. Jogos táteis, brinquedos sonoros, recursos de realidade aumentada, vídeos com audiodescrição e libras, além de atividades ao ar livre com apoio de equipamentos de mobilidade, contribuem para o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social. A repetição de movimentos nas brincadeiras, por exemplo, favorece a interação social e o desenvolvimento emocional saudável.

Essas atividades lúdicas, quando são mediadas com dedicação e recursos adequados, funcionam como suporte terapêutico e educacional, auxiliando os estudantes a lidarem com suas emoções e a se integrar de maneira integral à comunidade escolar (Costa, 2025).

A educação inclusiva nas escolas públicas deve, portanto:

- Oferecer materiais pedagógicos adaptados para diferentes deficiências (braille, comunicação alternativa, livros digitais acessíveis, entre outros).
- Implementar tecnologias assistivas digitais e analógicas, garantindo formação adequada para que os professores saibam utilizá-las.

- Explorar metodologias diversificadas que incluam movimentos, sons, gestos, texturas, cores e narrativas, possibilitando múltiplas formas de aprendizagem (Santos, 2024).
- Envolver as famílias e a comunidade escolar no processo, fortalecendo vínculos e ampliando o acesso à cultura, ciência, artes e tecnologia.

Ao integrar materiais adaptados e tecnologias assistivas ao currículo, a escola pública se torna um espaço inclusivo, capaz de acolher a diversidade e promover uma educação de qualidade para todos (Andrade, 2024). Esse é o caminho para romper barreiras históricas de exclusão e garantir o direito de cada estudante a aprender e a se desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da educação inclusiva depende da integração de políticas educacionais, práticas pedagógicas e recursos materiais que respeitem a diversidade e promovam a equidade. A implementação de currículos diferenciados, aliados a materiais adaptados e tecnologias assistivas, é indispensável para garantir que alunos com deficiência tenham acesso ao conhecimento, desenvolvam suas potencialidades e participem de forma ativa da vida escolar.

Além disso, a formação continuada dos professores, o engajamento das famílias e a participação da comunidade escolar são elementos fundamentais para o sucesso do processo inclusivo.

Ao criar ambientes de aprendizagem acessíveis, diversificados e flexíveis, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais justa, em que a inclusão não seja apenas uma política formal, mas uma prática concreta que valorize o desenvolvimento integral de cada estudante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sueny Aparecida. "Tecnologia assistiva: aspectos conceituais e implicações pedagógicas." **Revista Científica FESA** 3, n. 20 (2024): 75-88.

BRAGA, Wilson Cândido. **Inclusão socioeducacional: conhecimento é o primeiro passo: Guia sobre inclusão, legislação, acessibilidade, adequações curriculares, orientações e estratégias práticas**. Paulinas, 2024.

COSTA, Lilian Pereira Franco. "Professores do Ensino Fundamental em formação continuada e aprendizagem: teoria e reflexão." **Estudos em Ciências da Educação** 6, n. 1, 2025: e14777-e14777.

DUQUE, Cássia, Luciano Gomes Soares, Simone Helen Drumond Ischkanian, Alexssander Gonçalves de Lima, Bruno Oliveira Santos, José Anderson Bastão Veloso e Carlos Alberto Feitosa dos Santos. **Inclusão em perspectiva: alfabetização, currículo e acesso à educação**. Educação Transversal, 2023.

MARTIN, G., & PEAR, J. **Modificação do Comportamento – O que é e como fazer**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Roca. 2018.

OLIVEIRA, Leiliane Sousa de. Adaptações Curriculares e Metodológicas para o Ensino de Química Inclusiva no ensino médio: Curricular and Methodological Adaptations for Inclusive Chemistry Teaching in high school. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 1, 2025. DOI: [10.51473/rcmos.v1i1.2025.857](https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/857). Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/857>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana. **Inclusão Integral: Transformando a Educação com Tecnologia, Gestão Eficiente e Abordagens Multidisciplinares**. Acadêmica Aluz, 2024.